As "sete irmãs" e a história política do Ceará

Aroldo Mota*

Na primeira metade do Século XVIII, o português Manuel da Rocha Franco, casado com Maria Sanches de Carvalho, seu cunhado Domingos Sanches de Carvalho, e as sete filhas do casal: Antônia Franco de Carvalho, Senhorinha de Carvalho, Anacleta Sanches de Carvalho, Eugênia Gonçalves de Carvalho, Agostinha Sanches de Carvalho, Lina de Carvalho e Bernadina Sanches de Carvalho, emigraram de Portugal com destino ao Brasil.

Fixaram-se em Olinda, Pernambuco, onde o cabeça da família começou a explorar uma mina de cal, fabricando formas para olaria, trituramento de pedras calcárias, telhas, tijolos e obras d'arte para enfeite de casas.

Ressalte-se que Maria Sanches de Carvalho, esposa de Manuel da Rocha Franco, era filha de Agostinho de Carvalho e de Ana Gonçalves de Carvalho, os quais, em Pernambuco, constituíram a grande família dos Carvalhos, a que pertenciam muitos judeus portugueses.

A saída de Portugal da família de Manuel da Rocha Franco deveu-se ao namoro do Alferes Antônio Domingues Alves, português e judeu, com sua filha Agostinha Sanches de Carvalho.

Certo dia, porém, amanheceu no porto de Recife uma embarcação lusa, trazendo a bordo o alferes Antônio Domingues Alves, que não esquecera sua amada.

A família Manuel da Rocha Franco tratou de liquidar seus negócios em Olinda e partiu para o Ceará, fugindo pela segunda vez do judeu, que pretendia fazer parte de sua família.

Depois de uma viagem penosa, sofrida, andando por trilhas feitas pelos animais bravios, deparou-se a família com uma

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

bela chapada, onde surgia uma vila, denominada Icó, ainda com poucos moradores.

Manuel da Rocha Franco e sua família voltaram-se então para a criação de gado *vacum* e para o plantio de cereais, entusiasmados pela beleza da promissora região.

A família enriqueceu, casou as filhas e influenciou outras famílias da região. Tudo indicava que o alferes Antônio Domingues Alves esquecera a bela Agostinha, permitindo que a família Franco-Carvalho vivesse em paz com Deus e sua religião.

Acompanhemos a vida de seus filhos:

Primeira irmã - Antônia Franco de Carvalho

Antônia Franco de Carvalho casou-se com o português José de Oliveira Bastos. Dessa união surgiram as famílias Bastos, Fernandes Vieira, Leais, Gomes, Pintos e outras. O casal teve os seguintes filhos: José de Oliveira Bastos, Antônia Franco de Carvalho, Francisca Franco de Carvalho, Manoel Matias de Oliveira Bastos, Joaquim de Oliveira Bastos, João de Oliveira Bastos, Marcos de Oliveira Bastos, Ana Franco de Carvalho, Senhorinha Franco de Carvalho e Maria Sanches de Carvalho.

A segunda filha de Antônia Franco de Carvalho, também chamada de **Antônia Franco de Carvalho**, casou-se no dia 12 de novembro de 1766 com **João Batista Vieira**, natural de São Martinho, Portugal. Tiveram os seguintes filhos: João Fernandes Vieira, Vitória Fernandes Vieira, Francisco Fernandes Vieira, Alexandra Batista Vieira, José Fernandes Vieira.

O primeiro filho do casal João Batista Vieira e Antônia Franco de Carvalho, chamado **João Fernandes Vieira**, foi vigário das freguesias do Icó (20/8/1824), Missão Velha (1816) e Maranguape, onde faleceu em 1837. Assinou a Ata da Sessão do Grande Conselho Provincial da República do Equador. Teve os seguintes filhos: Manuel Franco Fernandes Vieira e João de Carvalho Fernandes Vieira.

Manuel Franco Fernandes Vieira, segundo o Barão de Studart, "era irmão do Desembargador João de Carvalho. Nasceu em Maranguape a 16 de setembro de 1821 e em 1844 bachare-

lou-se na Faculdade de Direito de Olinda, sendo, nesse mesmo ano, eleito deputado provincial pelo Partido Conservador.

Oposicionista ao Partido Equilibrista, então dominante, deixou de ser eleito nos biênios até o de 1850 em que serviu de 2º secretário; em 1856 e 1857 foi Presidente da Assembléia Provincial.

Aproveitado para cargos de magistratura, foi promotor público de Quixeramobim, juiz municipal de Ipu e Sobral e, completado o seu último quatriênio, veio residir em Fortaleza, trabalhando na redação do jornal Pedro II.

Havendo falecido em maio de 1854 o Inspetor da tesouraria provincial, Coronel José Pio Machado, foi nomeado o Dr. Manoel Franco para substitui-lo. Questões de Imprensa, porém, o levaram à demissão do emprego em que, aliás, mais tarde foi reintegrado com a ascensão de seu partido ao poder, em julho de 1868.

De posse do cofre das graças do Partido Conservador, o Dr. Manoel Franco foi despachado como Juiz de Direito de Cabrobó em Pernambuco, donde foi removido no mesmo posto para a comarca de Viçosa e, posteriormente, para a de Sobral.

Atacado de beribéri, veio para Fortaleza e aqui faleceu a 16 de dezembro de 1880".

João de Carvalho Fernandes Vieira, segundo o Barão de Studart: "Nasceu em Maranguape em 1823.

Graduando-se em 1845 na Faculdade de Direito de Olinda, entregou-se à carreira da magistratura, foi promotor público de Fortaleza, juiz municipal de Caxias, chefe de polícia do Pará, juiz de direito nas províncias do Maranhão, Piauhy, Alagoas e Rio Grande do Sul, Desembargador da Relação do Maranhão em 1872 e da do Ceará em 1874.

Faleceu em Maranguape a 23 de setembro de 1885.

Dando notícia de sua morte assim se expressou a *Gazeta do Norte*, órgão liberal e portanto insuspeito, sendo o Desembargador João de Carvalho conservador intransigente.

Depois de longos padecimentos, faleceu, hontem, no seu sítio da serra de Maranguape o Desembargador João de Carvalho Fernandes Vieira, membro dos mais ilustres da magistratura brasileira.

Homem de temperamento ardente, e de modos que lhe correspondiam, era entretanto um coração acessível à piedade, e mui benfazejo.

Estudioso, inteligente, com largas noções de direito; parecendo violento, mas não sendo, em verdade, senão resoluto, independente e consciente do seu dever; de uma probidade imaculada, amigo do seu paiz, dedicado a seus amigos, e de um amor acrisolado a seus parentes carecidos de proteção; o magistrado cearense era um dos filhos mais notáveis do Ceará.

Foi de espinhos a sua carreira em começo. Lutou contra os amigos políticos, contra os poderosos, e nos sertões contra os senhores de couto, verdadeiro terror das populações.

Incumbido, como delegado de polícia e juiz municipal, de fazer entrar no domínio da lei o termo de Caxias, que se achava completamente seqüestrado da comunhão social por assassinos poderosos, que o dominavam, portou-se com uma audácia desusada, e fez baixar a cerviz aos mais arrogantes.

Nomeado juiz de direito, serviu em muitas províncias, sempre com honra e altivez, estimado dos pequenos, e respeitado dos poderosos. Por último veio servir na Relação deste districto.

Alguns julgados, em que tomou parte, não resistem à crítica, mas há decisões suas, que lhe faziam muita honra, e em nenhum seu caracter foi suspeitado de afrouxar ante considerações indignas.

Como homem privado, era de um trato delicadíssimo e de uma extrema oficiosidade. Econômico, e cavalheiro, sempre estava pronto a liberalizar os seus recursos, e a se escusar às generosidades dos amigos. Nunca teve credores, e se mostrou sempre bondoso aos que lhe deviam. Era impetuoso e susceptível; mas bom ao mesmo tempo. Rompia a qualquer signal de imposição, cedia a qualquer pedido justificado.

Sua morte foi enfim uma perda sentida para o Ceará, da qual lhe damos os pêsames".

Gonçalo Batista Vieira, Barão de Aquiraz, era o quarto filho do casal João Batista Vieira e Antônia Franco de Carvalho. Casou-se em primeira núpcias com Ana Fernandes Vieira, filha do Vis-

conde do Icó. Enviuvando, casou com outra filha do Visconde, Senhorinha Fernandes Vieira e, em terceira núpcias, com a viúva do Senador Miguel Fernandes Vieira, seu cunhado. A Baronesa Ana Angélica era filha do Desembargador André Bastos de Oliveira. O Barão nasceu no dia 17 de maio de 1819 no Arraial de São Mateus, hoje município de Cariús e morreu em sua residência localizada na Praça do Ferreira, em Fortaleza, no dia 10 de março de 1896. Formado em Olinda pela Academia de Direito em 1843, foi líder do Partido Conservador. Deputado provincial em várias legislaturas, Deputado à Assembléia Geral, Vice-Presidente da Província do Ceará em 1868, compôs, em 1888, a lista de candidatos ao Senado. Foi Diretor e acionista da Companhia Cearense Via-Férrea de Baturité em 1843.

O sexto filho do casal João Batista Vieira e Antônia Franco de Carvalho, **Francisco Fernandes Vieira**, nasceu no dia 20 de maio de 1784 e morreu no dia 9 de julho de 1862, na mesma Vila de Saboeiro. Foi líder do Partido Conservador e rico fazendeiro. No dia 14 de março de 1855, foi agraciado com o título nobiliárquico de Visconde do Icó e, segundo consta, ao preço de 5.000 bois, consubstanciado numa faustosa carruagem doada ao Imperador D. Pedro II. Compôs o governo do Ceará empossado no dia 23 de janeiro de 1823, ao lado de José Pereira Filgueiras, Padre Antônio Manuel de Sousa, Padre José J. Xavier Sobreira, Tenente-Coronel Antônio Bezerra de Souza e Menezes e Joaquim Felício de Almeida e Castro. Casou-se com Ana Angélica Fernandes Vieira, com quem teve os seguintes filhos: Francisco Fernandes Vieira, Miguel Fernandes Vieira, Dr. Manuel Fernandes Vieira, Dr. Francisco de Paula Fernandes Vieira, Dr. José Fernandes Vieira, João de Paula Fernandes Vieira, Dr. João Fernandes Vieira, Ana Fernandes Vieira, Senhorinha Fernandes Vieira, Joana Fernandes Vieira, Glória Fernandes Vieira, Vitória Fernandes Vieira e Maria Fernandes Vieira.

Dr. Manuel Fernandes Vieira, filho do Visconde de Icó, nasceu no dia 19 de setembro de 1819. Formou-se na Academia de Olinda em 1839. Nomeado juiz municipal do Icó, foi Juiz de Direito da Comarca de São Gonçalo do Amarante no Piauí; Chefe de Polícia do Piauí; Juiz de Direito da Comarca de Pombal, e Juiz

de Direito da Comarca de Areas, na Paraíba. Foi Deputado provincial em diversas legislaturas, Deputado Geral suplente na legislatura de 1836 e Deputado Geral na legislatura de 1860. Líder político do Partido Conservador no Ceará em 1867, foi Deputado Geral em 1869, 1872 e 1876. Morreu no Rio de Janeiro no dia 10 de junho de 1879. Foi casado com Joana Fernandes Vieira.

Miguel Fernandes Vieira, filho do Visconde do Icó, nasceu em Saboeiro no dia 13 de janeiro de 1816 e faleceu no Rio de janeiro no dia 6 de agosto de 1862. Bacharel pela Academia de Olinda, Deputado Provincial e Geral pelo Ceará e Senador por 66 dias em 1862, liderou o Partido Conservador no Ceará. Fundou com outros o jornal Pedro II. Foi Secretário do Governo da Província e Juiz de Direito de Sobral, em 29 de fevereiro de 1840.

Francisco Fernandes Vieira Neto, neto do Visconde do Icó e filho do Dr. Manuel Fernandes Vieira, nasceu em Saboeiro no dia 20 de julho de 1850. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1873, exerceu os seguintes cargos no Ceará: Procurador Fiscal da Fazenda Provincial; Juiz Municipal de Aracati de 1875 a 1881; Diretor da Instrução Pública do Estado; Juiz da 1ª Vara de Fortaleza, em 1802. Diretor do Jornal Pedro II.

Segunda irmã - Senhorinha de Carvalho

Senhorinha de Carvalho casou-se na cidade do Icó com o português Augusti Lopes com quem teve dois filhos: Antônio Lopes de Azevedo e Bernardina. Bernardina se casou com o português Bento Diniz com quem teve os seguintes filhos: Bento Diniz, Ana Gertrudes Barbosa, que se casou com o português Custódio André dos Santos.

Terceira irmã - Anacleta da Silva de Carvalho

Essa irmã foi casada com o pernambucano Francisco Ribeiro Campos, e deles descende a família "Mendonça Pinto".

Quarta irmã - Eugênia Gonçalves de Carvalho

Essa irmã foi casada com Francisco Pereira de Carvalho. O casal morou na fazenda Pitombeira.

Quinta irmã - Agostinha Alves de Carvalho

O judeu-português, **Alferes Antônio Domingues Alves**, não esqueceu sua amada, **Agostinha Sanches de Carvalho**, filha do casal Manuel da Rocha Franco e Maria Sanches de Carvalho, que, por instâncias de D. Maria, Rainha de Portugal, reuniu condições financeiras para emigrar para o Brasil.

Com a vida comercial estabilizada, o casal foi supreendido em Pernambuco com a chegada do alferes e, novamente, insistindo para casar com Agostinha.

Depois de negar a mão de sua filha, o casal rumou para o Ceará, onde na Vila do Icó organizou sua vida comercial e familiar.

Certo dia, Agostinha ordenou à sua negrinha de companhia que fosse ao mato apanhar alguns espinhos de mandacaru, objetivando facilitar o trabalho manual de coser rendas em sua almofada.

Perto da casa, a negrinha avistou o alferes Antônio Domingues, que suplicando reserva lhe pediu entregasse a Agostinha um bilhete, pois à noite aguardaria resposta naquele mesmo local.

Como os dois se amavam, protegida pela escuridão e a bênção de Deus, Agostinha e a mucama, à noite, foram ao encontro do Alferes.

Sem perda de tempo, montaram num fogoso cavalo; Agostinha na garupa do animal; a negrinha na lua da cela e na cela o alferes, fugindo para o imprevisível.

Imbuídos das melhores intenções partiram Agostinha e o alferes rumo à Vila de Mocha, hoje Oeiras, no Piauí, onde se realizava desobriga com intuito de casarem-se. Todavia, por falta de documentos apropriados, o ato não pôde ser celebrado.

Viajaram, então, para a Vila de Quixeramobim. Ao chegarem à Lagoa do "Cavalo Morto", perto da fazenda Domingos da Costa, pressentiram a presença de pessoas armadas em seus encalços.

O cavalo que os conduzia morreu na Lagoa.

Agostinha, de joelhos, prometeu que se escapassem com vidas, mandaria construir uma capela para Nossa Senhora de Boa-Viagem.

Como que por encanto a perseguição cessou.

O alferes, então, viajou para Recife em busca de documentos para o casamento, deixando Agostinha e a negrinha numa casinha de construção tosca.

Certa noite, Agostinha ouvindo uma pancada na porta, ordenou que sua acompanhante fosse examinar o que ocorria. Infelizmente era uma onça, que devorou a mucama.

O alferes construiu a capela e conseguiu uma sesmaria, que tomou o nome de "Lagoa do Cavalo Morto", nos seguintes termos: "Registro da data e Sesmaria de Antônio Domingos Alves, no riacho Crateus, por outro nome Cavallo morto, concedida pelo Capitão-mor, João de Teyve Barreto e Menezes, em 26 de junho de 1743, das páginas 138 a 138v do livro nº 12 das Sesmarias". "Registro da data das Sesmaria de Antônio Domingos Alves no Riacho chamado Crateus por outro nome Cavallo morto em 26 de junho de 1743. a. João Teyve Barreto e Menezes Fidalgo Cavalleyro da Casa de sua Magestade Capitão-mor e governador da Capitania do Ciará Grande, pelo dito senhor Deus guarde etc. Fasso saber aos que esta minha Carta de data e Sesmaria virem que, a mim me enviou por sua petição Antônio Domingos Alves, cujo theor he o seguinte. "Senhor Capitão mayor e governador, diz Antonio Domingos Alves que elle está possuhindo e dominando três legoas de terra de Comprido e huma de Largo meya pera cada Banda, em hum Riacho chamado Crateus antigamente, e hoje Cavallo morto, que corre e nasse da parte do Sertão, dos Crateus do poente para o nascente, e vem fazer Barra em outro a que chamão defundo Cruz, e dahy correm ambos juntos a desagoar no Rio Quixeramobim, as quais terras forão conçedidas no anno de mil sete centos e doze a Barbara Maria de Barros, por huma data em que foy cossio em outras tres legoas o dito defundo Cruz, e da dita Donataria Barbara Maria de Barros, e de seu Marido Gil de Miranda Caneyro passarão a huma Sua filha, e genro chamados Phelipe

Rodrigues, e Barbosa de Barros, dos quais o ouve o Suplicante por Compra, e os Sobreditos as pessuhirão e tiverão Sempre povoadas com gados, e o Supplicante desde quando os comprou, pagando todos Dizimo a Deos e porque a dita data se perdeo, e buscando ao Suplicantenos Livros dos Registros a não acha, e pera melhor conservação de seu dereyto. Pede a vossa Senhoria lha Conçeda por nova data em nome de sua Magestade que Deos goarde as ditas tres legoas de terra comessando da Barra do dito Riacho pera Sima e Receberá merçe Informe o escrivão da Fazenda Real Menezes Senhor Capitão mor e governador, o que o Suplicante alega em sua petição he justo se lhe conçeda nova carta de data e Sismaria para a poder mandar confirmar, no termo da ley, comforme as ordens de Sua Magestade que Deos goarde, pois me consta estar o Suplicante de posse das terras que alega em sua petição hé o que posso informar a vossa Senhoria, mandarão o que for Servido, vill de Fortaleza e de junho vinte e cinco de mil sete centos e quarenta e tres annos o escrivão da Rial fazenda Francisco Pereyra Marinho, vista a imformação do escrivão da Fazenda, passe carta de data ao supplicante na forma do estillo, villa de Fortaleza vinte e cinco de junho de mil sete centos e quarenta e tres, Menezes, hey por bem, de conceder em nome de sua Magestade que Deos goarde, como pella presente o Fasso das tres legoas de terra que o Supplicante pede e declara em sua petição não excendo a tayxa nem prejudicando o terceyro a qual lhe dou e Conçedo com todas as aguas, campos, matos, testadas, logradouros, e mais uteis que nellas se acharem das quaes pagarão Dizimo a Deos dos frutos que dellas houver; e por ellas darão caminhos Livres ao Conselho pera Fontes, Pontes e pedreyras, pelo que ordeno nos Menistros da Fazenda Rial e mais Justiças a quem esta for apresentada deva e haja de pretenser lhe posse Rial affectiva e auctual na a presente por mim asignada e Sellada com o signte de minhas forma Custumada que pera firmeza da qual lhe mandey passar armas, a qual se registrará nos Livros de Registros desta Secretaria e nos da Fazenda Rial desta Capitania, e se guardará e cumprirá tão pontual e inteiramente como nella se Contem sem dúvida embargo ou Contradição alguma, e será obrigado a

mandalla com firmeza e sem estas precisas sircumstancias não terá vigor augum. Dada e passada nesta villa de Fortaleza do Ciará Grande aos vinte e seis dias do mes de junho, Paullo José Teixeyra da Cunha, Secretariado deste Governo, a fez anno de mil e sete centos e quarenta e tres. Lugar do Sello João Teyve Barreto e Menezes. Carta de Data e Sismaria pella qual nossa Senhoria há por bem, conceder em nome de sua Magestade que Deos goarde a Antonio Domingos Alves, tres legoas de terra de Comprimento e huma do largo, meya pera cada Banda, no Riacho chamado Crateus por outro nome Cavallo morto pellas Rezõens declaradas em sua petição pera vosa Senhoria ver: O Secretario, Paullo José Teixeyra da Cunha".

Os noivos casaram; fizeram as pazes com a família; prosperaram financeiramente e, em 1772, doaram terra para a igreja, que construíram. Seus descendentes se espalharam, principalmente, pelos municípios de Boa-Viagem e Quixeramobim.

O casal teve os seguintes filhos: Maria do Ó de Carvalho, Izabel Carvalho e Luciano Domingos.

Izabel casou com Antônio Bezerra do Valle. Foram pais de Theodósio Bezerra do Valle e Thereza Maria de Jesus.

Luciano foi pai de José Domingos do Espírito Santo, que casou com Ana Pereira Soares os quais foram os pais de sete filhos: Antônio Domingos do Espírito Santo, **Luciano Domingos de Araújo**, Joana Domingos Alves, Ana Domingos, Agostinha de Araújo, Luiza Domingos de Araújo e Francisco Soares.

"Lagoa do Cavalo Morto" deu origem à cidade de Boa Viagem, no Ceará, fundada sob as bênçãos de Nossa Senhora de Boa Viagem e originária de uma encantadora história de amor.

Boa Viagem seria elevada à categoria de freguesia pela Lei Provincial nº 1.025, de 18 de novembro de 1862, sendo seu 1º vigário o Padre Antônio Correa Sá. Pela Lei nº 1.128, de 21 de novembro de 1864, foi elevada à categoria de município. Perdeu a autonomia política pelo Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931. Finalmente, pela Lei nº 260, de 28 de dezembro de 1936, recuperou sua categoria de município. Pela Lei Estadual nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 que institui nova divisão administrativa do

Ceará, foram elevados à categoria de Distritos: sede, Jacampari, Ibuaçu, Domingos da Costa e Guia. O Termo Judiciário do Município foi instituido pela Lei nº 1.128, de 21 de novembro de 1864, submetido à Comarca de São João do Príncipe, hoje Tauá. Passou para a Comarca de Quixeramobim pela Lei nº 1.572, de 26 de setembro de 1918. Por fim, na Constituição de 1947, conseguiu sua maioridade judiciária, sendo seu primeiro Juiz o Dr. Moacir Bastos.

Esses municípios foram palco de uma acirrada disputa de famílias (Araújo x Maciel) no século XIX, contudo, para narrar os principais lances dessa contenda, cedamos a palavra ao escritor e jornalista João Brígido:

"Os Maciéis, que formavam, nos sertões entre Quixeramobim e Tamboril, uma familia numerosa, de homens válidos, ágeis, inteligentes e bravos, vivendo de vaqueirice e pequena criação, pela lei fatal dos tempos vieram a fazer parte grande dos fastos criminaes do Ceará, n'uma guerra de familia. Seus êmulos foram os Araújos, familia rica e filiada a outras das mais antigas do norte do Ceará, a qual vivia na mesma região, tendo como séde principal a povoação de Bôa Viagem, que demora cerca de dez léguas de Quixeramobim.

Foi uma das lutas mais sangrentas, a que se feriu entre estes dous grupos de homens desiguaes pela fortuna, pela posição official e esforço, se é possível; ambos numerosos e embravecidos na prática das violências. Bôa-Viagem, pequena povoação, estava em grande affinidade de interesses, pela industria pastoril, com S. Quiteria e Tamboril, cujos valentões tinham muita fama por esses tempos e influiram grandemente na luta.

Eram do número delles o célebre José Joaquim de Menezes, valente até a temeridade; o afamado Vicente Lopes, os Mourões, João da Costa Alecrim Atc.

Tomamos às memórias do Manoel Ximenes os primeiros episódios d'essa luta, em que figura Menezes, Mourões, na fazenda Serrote, de Francisco Xavier de Araujo Salles, em 8 de janeiro de 1833 quando aquelles, à viva força, resgataram do seu poder o capitão Francisco Pereira do Nascimento, que elle trazia preso de Marvão (sitio Cumbe), dizendo ser escravo de seu pai.

Por esse tempo, ou pouco depois, os Maciéis ou Carlos, como também lhes chamavam, foram suspeitos de autores de uns roubos soffridos por Silvestre Rodrigues Veras, morador no termo de Villa Nova, e por Antônio de Araújo Costa, parente d'este e morador em Boa Viagem, do termo de Quixeramobim.

Eram ambos criadores ricos, e, segundo os costumes em voga, lhes era lícito fazerem justiça a si mesmos. Filhos e genros de Silvestre declararam guerra à família Maciel, e juntando um bando de assassinos dirigiram-se para o termo de Quixeramobim, para onde alguns dos indicados, acossados em Villa Nova, se tinham refugiados. A titulo de prendelos, tratavam de matal-os.

De sua parte, os Maciéis, bem certos do que lhes devia acontecer, reunidos a seus parentes e amigos de Quixeramobim, dispuzeram-se à resistencia, aguardando toda aggressão. Fortificaram-se e tornaram inuteis todos os esforços de seus inimigos, oppondo-lhes uma valentia, que elles não esperavam talvez.

Vencidos n'esta primeira tentativa. embora fizessem junção com os seus parentes de Bôa Viagem, os filhos e genros de Silvestre Rodrigues pediram o auxilio de Menezes que já havia regressado ao Serrote, após uma viagem à Fortaleza, onde viera pedir autorisação para perseguir o supposto escravo de seu pae, que aliás já se tinha posto na devida segurança, passando-se de Marvão para a barra do Puty.

Vinha acompanhado do aguerrido Vicente Lopes, a quem fora pedir o concurso em Aracaty-assú (Caminhadeira), onde ele tinha seu couto e resistia a frequentes investidas dos Mourões.

Este bravo cangaceiro vivia em guerra aberta com estes potentados, desde um conflito, à noite, na matriz de S. Gonçalo, no qual matara a um delles (Manuel Mourão), e perdera um dos seus sequazes (1830 ou 1831).

Menezes fazia-se acompanhar igualmente de algumas ex-praças, que tinham servido em Montividéo, e nas quaes punha grande confiança.

O caudilho hesitou muito tempo em acceder aos pedidos, mas, annuindo a um derradeiro empenho, resolveu partir com seu séquito, para render os Maciéis; e chegando à casa

destes, obteve que entregassem, garantindo-lhes a vida, sob sua palavra de honra.

Com efeito, os trouxe até o Serrote, tratando a todos muito bem.

D'ahi, porém, partindo immediatamente para a sua infuca no Piauhy, na qual devia morrer às mãos de José de Barros Lima (lugar Pocó d'Agua), passou os prisioneiros ao domínio dos Araujos e dos Veras, recommendando-os à sua lealdade.

Elles, no entanto, dois ou três dias depois da sua partida, algemaram a todos e puzeram a caminho com segurança, figurando remettel-os para a cadeia de Sobral, mas, apenas tinham feito os infelizes um dia de viagem, fingindo que estes iam ser tomados (para o que fizeram disparar tiros, do mato) trataram de matar a todos cruelmente, atados como estavam.

Dois somente escaparam, um d'elles, homem moço, ágil e terrível, de nome Miguel Carlos, o qual se evadiu, embora algemado, e com as pernas amarradas por baixo da barriga do cavallo, que montava, tendo ao cabestro um assassino.

Da carnificina foram parte os dous velhos chefes de familia - Antônio Maciel e Manoel Carlos, este último pae de Miguel.

Manoel Ximenes, falando d'estes dois infelizes diz que nunca tinham dito mal d'elle nem os próprios inimigos, que accusavam a seus filhos; e põe em dúvida mesmo a participação d'estes nos roubos attribuiídos.

A notícia d'esta atrocidade encheu de indignação a quantos sabiam do empenho feito por Menezes para effetuar a captura, e a segurança, que os assassinos lhe deram, de pouparem a vida aos presos. Sobretudo, escandalizava o assassinato dos dous pobres velhos.

Não encontramos na tradição e nos documentos do tempo o número das victimas, mas ellas foram muitas.

Miguel Carlos, evadido, foi surgir nos sertões de Quixeramobim, logar Passagem.

Ali, porém, foi accommettido, uma manhã, cerca das 9 horas, por uma grande esccolta dirigida em pessoa por Pedro Martins Veras. Estava em uma dama, doente de um pé que estrepara, tendo como companhia somente uma irmã moça.

Sem embargo, atirou sobre o primeiro sicário que se adiantou, de nome Theotonio, e fez cahir com as pernas estendidas sobre o batente.

A pobre moça procurou arredal-as para fechar a porta, e, no acto de fazel-o, recebeu nos peitos um tiro de Pedro Martins Veras, que a deitou morta. Miguel Carlos, já tendo novamente carregado sua arma, despejou-lhe *in continenti* um tiro, que se lhe empregou na barriga, e obrigou o bando a recuar. Fechada a porta, e continuando a resistir, atirando sobre os agressores, estes se puzeram à distância respeitosa e recorreram a um expediente menos perigoso para elles.

Foi assim que juntaram lenha e atearam fogo à casa, que era de palha de oiticica.

Quando ella ardia, começando a fazer-se em brazas, era quasi noite. O bravo sertanejo, já em meio do brazeiro, pisou pelo sangue da triste irmã até se aproximar d'um pote, em que havia água, derramou-a em direção ao fundo da casa, e d'este modo, a salvou das brazas, attingiu uma porta, abriu, e passou rápido por entre os assassinos ali postados, embrenhando-se na selva, com sua clavina na mão.

Ia gravemente ferido, mas logrou escapar a toda diligência dos matadores, e procurar novo abrigo entre seus parentes, dentro da villa de Quixeramobim.

Mezes depois, Miguel Carlos fazia matar a Luciano Domingos de Araujo, um dos chefes da familia Araujo.

Tinha elle contractado casamento com uma moça, filha de Ignacio Lopes Barreira, criador rico, morador em Tapuyará, algumas léguas abaixo de Quixeramobim. Chegando o dia das núpcias, com um portuguez e mais comitiva, o noivo passou por ali, dirigindo-se à casa da noiva. Miguel Carlos quiz gosar da vingança de prival-o da felicidade dos seus amores e mandou Estacio José da Gama emboscar-se no lugar Uruquesinho, ao lado da estrada, que elle adrede obstruiu com ramos.

Quando o desgraçado enfrentou com a espera, um tiro o fez cahir mortalmente ferido. Os companheiros o metteram numa rede e o conduziram até Tapuyará, onde, para dar uma sasti-

fação a seus pundonores, casou em embargo expirando quasi immediatamente.

Ficava viúva uma virgem para vingança de outra, que mão assassina não deixara também atingir à felicidade do hymineo.

Mezes depois Miguel Carlos estava já despido para banhar-se no riacho da Palha, na Villa de Quixeramobim, com alguns companheiros, quando surgiu um grupo de inimigos, que o esperavam, acocorados por entre o denso mata-pasto.

Todos correram. O certo é que Miguel Carlos agonizava, cahido, com sua faca na mão, quando Manoel Araújo, chefe do bando, irmão do Luciano (noivo), pegando-o por uma perna, lhe cravou uma faca. O moribundo respondeu-lhe, no mesmo instante, com outra facada na carótica, morrendo ambos instantaneamente, este por baixo daquele.

Uma irmã de Miguel Carlos - Helena Maciel - correndo em fúria ao logar do conflito, pisou a pés a cara do matador delle, dizendo-se satisfeita da perda do irmão com o fim. que elle dera a seu inimigo.

A última vítima foi Antônio Maciel, dias depois, em Boa Viagem, morto pela mesma razão que seu irmão Miguel".

Há uma passagem mencionada por João Brígido, também anotada por Euclides da Cunha em "Os Sertões" e por Nertan Macedo em "Antônio Conselheiro" em que "mezes depois, Miguel Carlos fazia matar a Luciano Domingos de Araújo, um dos chefes da familia Araújo". Ressalte-se que esse **Luciano Domingos de Araújo** era neto de Antônio Domingues Alves e Agostinha Alves de Carvalho, porque filho de José Domingues do Espirito Santo, casado com Ana Pereira Soares.

A família Araújo exerceu forte liderança política e comercial no município de Boa Viagem, desde sua fundação até 1963.

Por volta do ano de 1960, era proprietário em Boa Viagem, do sítio "Buenos Aires", um descendente da família Maciel de nome José Bruno Maciel, progressista agricultor. Embora afastado da política partidária do município, não escondia sua formação ideológica marxista.

No entanto, o mais importante Maciel foi Antônio Vicente Mendes Maciel, filho de Vicente Mendes Maciel, próspero comer-

ciante na Vila de Quixeramobim, que passaria à História do Brasil como **Antônio Conselheiro**, fundador da Vila de Canudos, na Bahia, no fim do século XIX.

Sexta irmã - Lina de Carvalho

Essa irmã casou-se, indo morar no Rio Grande do Norte.

Sétima Irmã - Bernardina Sanches de Carvalho

Faleceu ainda criança.

Domingos de Carvalho, irmão de Maria Sanches de Carvalho e cunhado de Manoel da Rocha Franco, casou-se com uma índia da aldeia "Curralinho" e continuou a residir no lugar "Bom Sucesso" em Jaguaribe, Ceará.

Bibliografia

Diccionario Bio-Bibliographico Cearense - Dr. Guilherme Studart - Typo-Lithographia a Vapor - (1910)

Ceará (Homens e Fatos) João Brígido - Tip. Besnard Freres - (1919)

Antônio Conselheiro Nertan Macedo - Gráfica Record Editora - (1969).

Memórias de um Passado - Mileno Torres Bandeira - ABC, Fortaleza - (1996).

O Ceará no Senado - Valdelice Girão - Senado Federal

Os Sertões - Euclides da Cunha - Edições Clássicos Brasileiros - (1956).

Deputados Provinciais - Hugo Victor Guimarães e Estaduais do Ceará - Imprensa Oficial - (1947).

Jornal Diário do Ceará (1950) - Revistas do Instituto do Ceará, Registro de Sesmarias.